



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 11/19

04 de Setembro de 2019



Organização Europeia
de Associações e
Sindicatos Militares

1989/2019

**30 Anos na Defesa dos
Sargentos de Portugal**

"As Palavras e os Actos Devem ser Concordantes!"

Por ocasião das cerimónias do "Dia do EMGFA", no passado dia 3 de Setembro, o Presidente da República defendeu que o próximo governo, qualquer que ele seja, deve concretizar os passos esboçados na área da saúde militar, infraestruturas militares e referiu ser justo esperar que a Assembleia da República aprove o estatuto do antigo combatente, que ficou adiado já na fase final dos trabalhos parlamentares.

O Presidente considerou ainda que o futuro Governo deve criar factores favoráveis ao recrutamento e à valorização no cerne das Forças Armadas, que são as suas mulheres e os seus homens!

Estamos totalmente de acordo com estas posições assumidas publicamente pelo Comandante Supremo das Forças Armadas!

Efectivamente, não basta aos sucessivos responsáveis governamentais afirmarem até à exaustão que estão muito orgulhosos das Forças Armadas e dos Militares Portugueses!

Não basta repetirem enfaticamente que os Militares Portugueses são os melhores do Mundo (*e são-no, de facto!*), nem apresentarem votos de louvor que têm zero de tradução na vida concreta dos militares e suas famílias.

Entretanto, importa recordar que, no passado dia 6 de Agosto, o Presidente promulgou o novo Estatuto dos Magistrados Judiciais, deixando no entanto críticas, entre outros aspectos, ao acentuar da desigualdade de tratamento em relação a outras carreiras com evidentes afinidades, nomeadamente, as Forças Armadas e as forças de segurança, afirmando ainda esperar que esta desigualdade seja encarada na próxima legislatura.

Também neste aspecto não podemos deixar de estar de acordo com a posição expressa pelo Presidente da República!

Contudo, e pese embora esta posição de concordância, não podemos deixar de apontar as incongruências entre o que se diz em discurso de cerimónia e o que se faz na realidade!

Um exemplo desta situação de incongruência foi a promulgação do Decreto-Lei nº 3/2017 de 6 de Janeiro, que veio regular as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma dos militares, mas que objectivamente criou situações de

profunda e gritante desigualdade entre os militares, para além de obrigar muitos militares a uma permanência forçada nas fileiras, contrariando o princípio de servir Portugal voluntariamente nas Forças Armadas.

A este assunto nos referimos no nosso Comunicado Nacional nº 2/2017 – "Prenda Amarga em Dia de Reis!" porque, para além do aspecto negativo anteriormente referido, este diploma é do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, não refere terem sido ouvidas as associações socioprofissionais e retoma o tratamento diferenciado entre militares, mantendo tratamento excepcional e de privilégio para um determinado grupo.

A solução governativa que sair das próximas eleições legislativas que, tal como em Outubro de 2015, depende da correlação de forças resultante dos deputados eleitos, terá de responder aos aspectos referidos pelo Presidente da República.

Temos a mais firme convicção de que melhores soluções poderão ser encontradas se a ANS, a par das outras associações profissionais de militares, tiver uma participação negocial efectiva nos processos em que estejam implicadas as condições socioprofissionais, sociais, assistenciais e remuneratórias dos militares.

Recrutamento e retenção, atractividade, reconhecimento académico, sistema remuneratório revisto e ajustado, regulamento de avaliação expurgado dos aspectos negativos que concorrem para minar a coesão e a disciplina, desenvolvimento e progressão na carreira, conteúdos funcionais dignos, direito à saúde e assistência, dignidade nas situações de Reserva e Reforma com as pensões devidamente recalculadas e pagas, são aspectos que, no âmbito da sua competência específica, a ANS não deixará de se bater por eles!

Com o reforço da ANS, com a confiança depositada nos seus órgãos dirigentes, mas sobretudo com a unidade, determinação e coragem dos Sargentos de Portugal, será possível defender e fazer prevalecer as propostas apresentadas pela Associação Nacional de Sargentos!

A Direcção